

AJUDA MEMÓRIA DA REUNIÃO

REUNIÃO DIRETORIA COLEGIADA (DIREC) - CBHSF

Data: 06/08/2020

Local: realizada por meio de Videoconferência (reunião digital)

Horário: 15h – 17h

Quadro resumo dos encaminhamentos anexo à Ajuda Memória

Participantes:

	Nome	Instituição
1.	Anivaldo de Miranda Pinto	Presidente do CBHSF
2.	Adson Ribeiro	Coordenador CCR Alto SF
3.	Ednaldo Campos	Coordenador CCR Médio SF
4.	Julianeli Tolentino Lima	Coordenador CCR Submédio SF
5.	Honey Gama	Coordenador CCR Baixo SF
6.	Luiz Roberto Porto Farias	Coordenador CTIL CBHSF
7.	Célia Fróes	Agência Peixe Vivo
8.	Rúbia Mansur	Agência Peixe Vivo
9.	Thiago Campos	Agência Peixe Vivo
10.	Deisy Nascimento	Comunicação CBHSF

1. Abertura e verificação de quórum.

O Sr. Anivaldo Miranda agradeceu a presença de todos e abriu a reunião. A ausência do Sr. Maciel Oliveira foi devidamente justificada.

2. Aprovação da memória da reunião DIREC realizada no dia 20 de julho de 2020 por Videoconferência e verificação dos seus encaminhamentos.

Sem solicitação de ajustes, a memória da reunião teve a abstenção do Sr. Adson Ribeiro, por não ter participado da última reunião, sendo a mesma aprovada pelos demais participantes. VERIFICAÇÃO DOS ENCAMINHAMENTOS: UHE FORMOSO – A Sra. Rúbia e o Sr. Adson propuseram a criação de um GT composto por 2 a 3 integrantes para estruturar e organizar um seminário sobre a temática. Segundo o Sr. Adson, o seminário deve ser feito num formato amplo, montado com os diversos atores envolvidos no processo da UHE Formoso. Propõe que sejam convidados o Ministério das Minas e Energias, a SEMAD, o IBAMA, representantes do setor de Energia Elétrica, da Irrigação, das Comunidades Tradicionais, da Pesca e do setor de Lazer. Paralelo a esta ação, o coordenador da CCR Alto também propõe ao Comitê enviar correspondências ao Ministério das Minas e Energias, à SEMAD, a ANA e ao Ministério de Desenvolvimento Regional, solicitando inclusão do CBHSF neste processo da UHE Formoso. O Sr. Anivaldo Miranda pontuou que este seminário, embora organizado pela CCR Alto, seja um seminário do CBHSF, e não apenas da CCR Alto, uma vez que é um assunto de interesse de toda a Bacia. Sugeriu incluir alguém da DIREC, e possivelmente, mais a jusante, a fim de equilibrar as discussões no seminário. Sugeriu fazer um convite também para a Dra. Luciana Khoury, representantes da

Academia, do Fórum Mineiro, de representantes do Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB e outros que sejam pertinentes ao tema. Com relação ao grupo de trabalho indicou o nome do Sr. Renato, da CEMIG e do Prof. Juliani, coordenador da CCR Submédio. Na oportunidade, o Sr. Adson indicou para o GT o nome do Sr. Altino Rodrigues. Com a palavra Rúbia Mansur destacou os estudos que estão sendo realizados nesta temática pela Universidade Federal de Lavras e UFMG. Com relação às indicações para o GT, informou que o Ronald Guerra também está inserido neste processo da UHE Formoso, como Sociedade Civil, e que poderia ser também um nome indicado para ajudar na organização dos trabalhos. Como encaminhamento, a APV ficou de ver a disponibilidade de cada um dos nomes indicados para agendar uma reunião desse GT, a fim de começar a estruturar os trabalhos. CONFLITO DE USO – A gerente de integração da APV, Rúbia Mansur informou que Altino Rodrigues ficou de conversar com o Sr. Roberto Farias sobre a possibilidade de instauração de um conflito de uso na região do Alto São Francisco. PROJETO DE RECUPERAÇÃO HIDROAMBIENTAL DE BONFINÓPOLIS – O Sr. Anivaldo Miranda informou que recebeu uma demanda do Comitê do Urucuia, reclamando da paralização de que um projeto de Bonfinópolis, no rio das Pedras. A argumentação é que é um projeto de recuperação em espaço aberto, sem influência da pandemia. A reivindicação deles é pela continuidade dos trabalhos, uma vez que não haverá audiências, nem aglomerações. Segundo o Sr. Thiago Campos, o projeto não está parado e o cronograma está à frente do que foi planejado. Explicou que com relação a este projeto foi solicitado a modificação de um serviço que foi subestimado e será necessário a imposição de um esforço maior do que aquele que havia sido inicialmente previsto. Neste sentido, explicou que não pode tomar uma decisão sem que a equipe da APV vá ao local e comprove a necessidade de alteração. Explicou que a pandemia ainda é um impedimento com relação as viagens. Destacou ainda que esta questão tem impacto de 6% de tudo que foi contratado. E por fim, informou que a Agência Peixe Vivo tem a pretensão de, na segunda quinzena de agosto, retomar algumas viagens e deslocamentos. O Sr. Adson pontuou que recebeu esta demanda e que orientou que a solicitação fosse formalizada, contudo, não recebeu nenhum encaminhamento formal do Comitê do Urucuia com relação a isso.

3. Informe sobre:

- Suspensão da cobrança BHSF 2020

O Sr. Anivaldo Miranda falou sobre a suspensão da cobrança na BHSF. Contextualizou sobre a origem destas discussões e informou que os debates estão em andamento. Relembrou que a diretoria da ANA emitiu uma Resolução *AD Referendum*, suspendendo a emissão dos boletos de abril, maio, junho e julho, para começar a cobrança só em agosto, em 4 parcelas a serem distribuídas nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro, ou então uma parcela única em dezembro. Prosseguiu destacando que a própria ANA começou a ter dúvidas sobre o que ela própria definiu, haja vista saber que a não emissão dos boletos pode caracterizar lesão à ordem tributária. Diante desta situação, a ANA resolveu encaminhar outra decisão ao CNRH. O CNRH verificou que este é um assunto não apenas da ANA, mas diretamente ligado aos Comitês e as Entidades Delegatárias. O Sr. Anivaldo Miranda frisou que os Comitês não são contrários a dar sua parcela de contribuição para aliviar a situação das empresas, contudo, era preciso ter um conhecimento mínimo de todo o universo em que cada segmento está inserido atualmente. Afirmou que a ANA já tentou adotar outro método de cobrança na Bacia do Rio São Francisco, onde não se é cobrado durante o ano de uso da água, e deixa pra cobrar no ano posterior, seguindo modelos já implantados nos Comitês do Verde Grande e do Paranaíba, o que para a ANA é operacionalmente mais viável. No CNRH, O Sr. Anivaldo disse ter caracterizado este posicionamento da ANA como uma “manobra fiscal absolutamente surreal” e reivindicou, junto ao CNRH, que as Entidades Delegatárias e os Comitês fossem ouvidos. Em atendimento a esta reivindicação, foi criado um Grupo de Trabalho, onde o presidente do CBHSF é um dos integrantes, representando os Comitês Federais, e participam segmentos dos usuários, a Confederação Nacional da Agricultura, da Indústria, do setor de Turismo, representante da Sociedade Civil, entre outros. O Sr. Anivaldo destacou que neste GT houve diversas polêmicas em torno deste assunto, dentre elas, a matéria advogada pela ANA de que seu posicionamento não constituía renúncia de receita. Outra questão levantada foi sobre o déficit das delegatárias. A ANA apresentou como solução mover recurso da conta investimento para a conta custeio. Contudo, O Sr. Anivaldo Miranda lembrou que a Lei 9433 determina que 92,5% da

arrecadação é para investimento e 7,5%, apenas, para custeio administrativo. A ANA defendeu que os Comitês podem autorizar o remanejamento e o Sr. Anivaldo não concordou, haja vista que tal ação que pode ser caracterizada como crime de responsabilidade fiscal, a não ser que se encontre uma fórmula jurídica, autorizada por entes de controle da União. Dessa forma, as delegatárias tirariam da conta investimento para a conta custeio, e na medida em que a inadimplência fosse sendo resolvida, o dinheiro seria devolvido da conta custeio para a conta de investimento. Afirmou que apresentou outra proposta, que a ANA deveria tirar do seu próprio orçamento os recursos para compensar a inadimplência.

4. Debate sobre o Novo Modelo do Contrato de Gestão

A Sra. Célia Fróes contextualizou a proposta do novo Contrato de Gestão. Destacou que no formato, o novo modelo do Contrato de Gestão foi muito alterado, contudo, em termos de conteúdo, não houve alterações substanciais. Enfatizou que este modelo apresentado está mais organizado e, portanto, mais fácil de ser acompanhado. Passando a palavra para o Sr. Roberto Farias, este complementou dizendo que a percepção que o GACG e a CTIL tiveram com o novo modelo do Contrato de Gestão apresentado pela ANA, embora tenha alguns avanços, também apresenta, em suas entrelinhas, algumas armadilhas, como por exemplo no que diz respeito a questão do controle, onde a ANA cria mecanismo para controlar a execução do contrato, e até mesmo fazer uma investida na autonomia do Comitê no que tange a escolha de onde, como e de que maneira aplicar os seus recursos. Fez também uma contextualização dos trabalhos realizados pelo GACG e pela CTIL. Na oportunidade, informou que o Sr. Julianeli é o novo coordenador da GACC, que passou a integrar o quadro de membros do grupo em substituição ao Sr. Luís Dourado, que pediu afastamento por questões de saúde. Alertou que devem ser consolidadas no texto da minuta do documento apresentada durante a reunião, as contribuições da Agência Peixe Vivo, além das discutidas e debatidas pela DIREC. Discorrendo sobre o novo modelo do Contrato de Gestão, o Sr. Roberto Farias apresentou as considerações e sugestões necessárias a serem encaminhadas para a ANA, com relação a competências da própria delegatária; com relação aos investimentos dos recursos orçamentários; expedição de manuais para ditar diretrizes, interferindo na decisão do comitê no planejamento da execução; com relação ao PAP; da elaboração do POA; da publicidade dos atos; da questão da suspensão e rescisão do contrato; da punição pela falta de cumprimento das obrigações. Neste último ponto, segundo Roberto Farias, a ANA se considera imune a qualquer penalidade, e quem deve ser penalizada é a delegatária e o próprio Comitê. Para tanto é preciso estabelecer uma contrapartida para a ANA, a fim de que ela tenha que responder pelas suas omissões, uma vez ela responde quando deixa de praticar ato que venha a ajudar, tanto a delegatária quanto o Comitê, na execução do contrato, ou quando retarda alguma providência que seria importante para a execução do contrato. Na oportunidade, a Sra. Célia Fróes enfatizou o POA, apresentando-o como um novo instrumento, que deve ser elaborado pela delegatária. Informou que o POA passará a ser adotado a partir de 2022, e que para tanto este precisa ser aprovado no primeiro semestre do próximo ano. Em seguida, Thiago Campos complementou, informando que a aprovação do POA deve ocorrer no primeiro semestre de 2021 para dar tempo de fazer as ações de planejamento necessárias para a sua execução. Ainda com relação ao POA, o Sr. Roberto Farias sugeriu a criação de uma regra de transição, uma vez que este planejamento só vai começar a valer a partir de 2022. A Sra. Célia defendeu também a criação de uma cláusula no novo Contrato de Gestão para, caso ocorra um evento superveniente, como está tendo a pandemia, oriente como a delegatária deva agir, uma vez que não há nenhuma previsão sobre esta situação no contrato. Em seguida, a Sra. Rúbia apresentou o Termo de Referência, onde é apresentado como novo instrumento para planejamento das ações a Agenda Anual de Atividades – AAA, e o Relatório Anual de Atividades – RAA. O Sr. Roberto Farias considerou, de um modo geral, o Termo de Referência bem elaborado, uma vez que ele mapeia todos os assuntos previstos no contrato. Foram acrescentadas aos documentos analisados as considerações sugeridas pelos presentes. Por fim, a Sra. Rúbia e a Sra. Célia apresentaram o plano de trabalho, um documento anexo ao novo Contrato de Gestão, com os indicativos e as metas que a Agência precisa atingir, e frisou a importância da parceria entre a Agência Peixe Vivo e o CBHSF para o cumprimento destas metas. Na sequência, Julianeli Tolentino destacou que a questão foi explicada pelo Sr. Roberto Farias e por ter previsão legal, considera não

ser necessária a inclusão do item no novo Contrato de Gestão. O Sr. Anivaldo Miranda ressaltou que não observou, no Contrato de Gestão, nenhuma cláusula que obrigue a ANA a suprir o déficit da verba de custeio quando a inadimplência estiver alta. Neste sentido, a Sra. Célia Fróes disse que no contrato tem uma cláusula que possui uma previsão genérica, mas que precisa ser melhor detalhada e ela vai pedir esclarecimento e melhor detalhamento desta questão por parte da ANA. Por fim, o Sr. Anivaldo parabenizou o trabalho da CTIL e do GACG. Disse que irá registrar, por ocasião da reunião do dia 11 de agosto, sua insatisfação ao curto prazo dado pela ANA para análise do Contrato. Defendeu a importância do GACG, da Agência Peixe Vivo e da DIREC participarem desta reunião. A Sra. Rúbia Mansur também sugeriu a participação de um representante da CTIL. Ficaram confirmados de participar da Reunião o Sr. Anivaldo e o Sr. Honey Gama, representando a DIREC, o Sr. Roberto Farias, representando a CTIL, o Sr. Julianeili, representando o GACG e a diretoria da Agência Peixe Vivo.

5. Encerramento

Não havendo mais assuntos a tratar, o presidente do CBHSF, Sr. Anivaldo Miranda, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

Reunião realizada por videoconferência, 06 de agosto de 2020.



Anivaldo de Miranda Pinto
Presidente do CBHSF



Lessandro Gabriel da Costa
Secretário do CBHSF

Abaixo quadro resumo dos encaminhamentos.

RESUMO DOS ENCAMINHAMENTOS

	ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Marcar Reunião GT Seminário UHE Formoso	Gerência de Integração APV	Imediato
2	Consolidar e enviar considerações do novo contrato de Gestão a ANA	Gerência de Integração APV	Imediato

RESUMO DOS ENCAMINHAMENTOS PASSADOS

	ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Articular reunião com o MAPA para levar as demandas do Seminário Pesca.	Maciel Oliveira e Honey Gama	Não estabelecido
2	Elaborar chamamento de projetos específicos para Comunidades Tradicionais (mais simplificado – 1 projeto por CCR) – 2021	Thiago Campos	Janeiro/2021
3	Cartilha da cobrança impressa	Rúbia Mansur e Adson Ribeiro	Não estabelecido
4	Verificar compatibilização da Expedição com o Projeto e Monitoramento do Baixo São Francisco	Célia Fróes	Não estabelecido
6	Possível abertura de Processo de Conflito de Uso das Águas – UHE Formoso	Altino Rodrigues em articulação com a CTIL/CBHSF	Imediato
7	Chamamento público para contratação de PMSB	GP APV	2º semestre de 2021